

PORTUGUESE LANGUAGE EXAM
Harvard University, Department of History

January 24, 2020

Translate any **two** of the following passages into literate English. Put accuracy of the rendering before style, but try to be readable. You may use a dictionary.

entre comunistas e católicos na formação de sindicatos de trabalhadores rurais, disputas de enquadramento sindical de canavieiros, e um revigoramento geral entre os trabalhadores da energia na utilização da lei e da justiça, presentes fortemente na cultura camponesa. O livro suscita pistas para uma diversidade de novas pesquisas derivadas, entre as quais caberia uma linha sobre a comparação mais sistemática entre a utilização da justiça entre trabalhadores urbanos e rurais (incluindo aí uma comparação entre a entrada dos direitos no campo, por exemplo, em São Paulo e no Nordeste).

Nos limites de um prefácio terei de deixar de lado outras tantas contradições substantivas do livro – como a erudição exibida no capítulo 3, em que o autor relativiza a conhecida insistência na semelhança da Justiça do Trabalho e a CLT brasileiras à *Magistratura del Lavoro* e à *Carta del Lavoro* da Itália fascista através de um aumento no escopo das comparações possíveis, com a República de Weimar, com o caso inglês, o *New Deal* estadunidense e ainda os casos do Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Assim, pelo conjunto impressionante e sistemático de materiais trazidos para a argumentação, desde a análise crítica da literatura nacional e internacional, desde o uso de biografias de trabalhadores, até a análise sobre o corpus dos processos trabalhistas na TRT da 2ª região, o *Trabalhadores nos Tribunais* já se constitui numa referência maior para a compreensão dos efeitos das lutas na Justiça do Trabalho sobre a formação da classe trabalhadora brasileira.

Fernando Teixeira da Silva, *Trabalhadores nos Tribunais*

Text 2



Introdução

As vésperas do golpe civil-militar de 1964, os trabalhadores e suas organizações frequentavam com assiduidade as dependências da Justiça do Trabalho em todas as suas instâncias. Fosse para reclamar direitos feridos ou para se defender dos patrões, lá estavam eles – sozinhos, acompanhados de seus advogados ou representados por seus sindicatos. No entanto, a presença cotidiana dos trabalhadores nos tribunais se perdeu nos desvãos da memória e da história, tanto das esquerdas quanto da produção acadêmica. Entender como isso foi possível é o propósito mais abrangente deste livro.

Sustento a hipótese central de que a inserção dos trabalhadores e suas lutas nas instituições montada desde os anos 1930 para lidar com as relações de trabalho está no cerne mesmo do golpe de 1964. Cabe, então, em breves traços, repensar o lugar que os trabalhadores ocuparam em algumas interpretações que estabeleceram cadeias causais para explicar o rompimento institucional em 1964. Em linhas gerais, vislumbro duas abordagens acerca do papel dos movimentos sociais e das esquerdas na conjuntura que precede o golpe.

Uma constrói a tese de que os trabalhadores e suas lideranças de esquerda, ao fim de um longo processo, acabaram por reforçar as instituições corporativistas criadas para perpetrar e perpetuar a dominação de classe. Não apenas vítimas de uma cilada ardilosa, os trabalhadores aparecem nessa versão como os artífices da armadilha que ajudaram a criar para si mesmos, constituindo-se em sujeitos de sua própria subordinação. Ao incorporar e utilizar os canais oficiais disponíveis em sua luta por direitos, o movimento sindical hegemônico por comunistas e trabalhistas terminou atrelando-se à lógica populista de controle da classe trabalhadora, impedindo que esta construísse uma política alternativa e independente. A confirmação desse erro fatal se revelaria no “colapso do populismo”. No momento em que foi lançado o grito ao precipício, o governo Goulart levava consigo seu maior aliado: os trabalhadores, que teriam atado seu próprio destino ao do Estado populista.¹

¹ A principal vertente dessa interpretação encontra-se em Francisco Weffort, *Sindicato e política. Tese (livre docência)* – FFLCH-USP, São Paulo, 1973.

Outra interpretação segue em direção oposta. Nos estereótipos do regime democrático de 1945 a 1964, “a vazão dos conflitos sociais para fora das instituições herdadas do Estado Novo não encontrou resposta institucional à altura”.² Em outros termos, os movimentos à margem da institucionalidade teriam conduzido à polarização política e à paralisia governamental e administrativa. Aqui, a radicalização de diferentes grupos políticos, à esquerda e à direita, significou ausência de acordos políticos entre ambos os lados, levando à inação do governo Goulart e ao ataque impiedoso das forças golpistas. Certas escolhas e opções políticas reduziram ao extremo qualquer possibilidade de um pacto democrático que fosse capaz de estabelecer um compromisso em torno da implantação de reformas exequíveis.³

Ao não levarem na devida conta a correlação de forças disposta naquele momento dramático da vida institucional do país, os movimentos sociais liderados pelas esquerdas teriam sido duplamente irrealistas: desejavam ir muito além daquilo que o governo Jango podia oferecer e daquilo que suas próprias energias podiam conquistar. Em que pesem seus alcances analíticos, que operam com a indeterminação aberta por diferentes possibilidades históricas naquele momento de muitas indefinições e algumas alternativas, tal interpretação sofreu drástico esgarçamento em outras versões. Não bastasse a direita, a esquerda envolveu-se “em uma corrida pelo controle do governo que deixava de lado a prática da democracia representativa. Direita e esquerda preparavam um golpe nas instituições”.⁴ Ambas são aí equiparadas em força e intenção, mas, ao fim e ao cabo, ou seja, no dia 1º de abril de 1964, teria ficado claro que a classe trabalhadora não passava de um gigante com pés de barro. A “ilusão de ótica” das esquerdas não as deixava ver “que tudo não passava de um castelo de areia”.⁵

Apesar das diferenças entre as interpretações aqui sumarizadas, ambas estão profundamente plasmadas na memória que as próprias esquerdas produziram sobre sua atuação junto à classe trabalhadora no período democrático de

1945 a 1964. Com efeito, a Justiça do Trabalho querda que localiza o desenlace que ordena trabalhadores com o liderado por comunidade lutar por direitos, तरी que parecia óbvio, m do Trabalho não seria de dominação dos p foi, quase sem media sentimento de derrot ências “corporativista interpretação seria at ciência classista da Jus estaria finalmente de:

Pretendo, então porque as esquerdas e na cidade, teriam inafatualmente os domin democracia porque a gas não foram capazes De fato, os movimentos contornos institucion putava. Todavia, o que articulações golpistas trabalhadores e seus aos espaços oficiais d

O que o estudo demonstra é que um dos trabalhadores ur tucional. Do início d pela reforma agrária mas, sobretudo, o raios quitas no interior d os sindicatos e a Justi Assim, em ter

2 Wanderley Guilherme dos Santos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 81.

3 Trabalho pioneiro nesse sentido é o de Angelina Figueiredo, *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas às crises políticas: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. Mais recentemente, Jorge Ferreira aprofundou tal interpretação em “O governo Goulart e o golpe de 1964”. In: Jorge Ferreira e Lucélia de Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3. Do mesmo autor, ver também João Goulart: *uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, capítulo 8.

4 José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 150.

5 *Ibidem*, p. 152.

Text 3

Adolfo Caminha, Bom Crioulo
Introdução

James N. Green

Adolfo Caminha nunca poderia imaginar que seu romance *Bom Crioulo*, publicado em 1895 e escrito quando o autor tinha apenas 27 anos, seria considerado um clássico da literatura brasileira. Não há dúvida de que ele esperava que o livro obtivesse a mesma recepção de *A normalista*, seu primeiro romance, lançado dois anos antes, contando a história de sedução de uma jovem e inocente menina por seu devasso padrinho. Caminha, no entanto, ficou bastante desapontado quando Valentim Magalhães e Cláudio de Souza, dois dos críticos literários mais proeminentes da capital, acabaram com o *Bom Crioulo* em resenhas que circularam em vários jornais, por conta da temática “pornográfica” do livro.

Os detratores de Caminha ficaram horrorizados com o assunto do romance: a relação sexual e romântica entre Amaro, um escravo foragido que entra para a Marinha brasileira, e Aleixo, um grumete que faz parte da mesma tripulação. Ainda que a primeira edição tenha vendido bem (5 mil exemplares), certamente por causa do escândalo envolvendo seu conteúdo, Caminha não chegou a obter fama e fortuna com seu trabalho. Morreu dois anos depois de tuberculose, deixando uma obra modesta de quatro romances, dois livros de contos, uma coletânea de ensaios, um livro de poemas e dois trabalhos não finalizados. Também deixou Isabel, sua esposa informal, e duas jovens filhas, Belliss e Aglaís. O livro e seu autor caíram no esquecimento.

Até que, mais de um século depois, ativistas LGBT e estudiosos acadêmicos passaram a considerar *Bom Crioulo* como o primeiro romance brasileiro com um negro como protagonista

que também trata aberta e explicitamente da homossexualidade masculina. Tem sido publicado em várias edições em português, assim como em inglês, espanhol, alemão, francês, italiano e turco. A importância que lhe vem sendo dada chegou inclusive ao vestibular brasileiro, aparecendo o livro numa questão.

A despeito da ambiguidade e das formas contraditórias com que a raça e o erotismo do mesmo sexo são tratados no romance, ele com certeza merece esta nova edição. Um pouco da história do autor e de sua vida, assim como do contexto social e de como a sociedade brasileira do final do século XIX enxergava os homens que gostavam de sexo e afeto com outros homens, ajuda a apreender mais inteiramente esta obra fascinante e claramente pioneira.

Adolfo Ferreira Caminha nasceu em Aracati, no Ceará, em 1867. Órfão aos dez anos e com cinco irmãos, foi enviado para Fortaleza, onde viveu com um tio. Lá desenvolveu interesse precoce pela escrita. Em 1883, Caminha se mudou para o Rio de Janeiro para morar com outro parente, que o matriculou na Escola Naval. Três anos depois, em 1886, publicou seu livro de poemas, *Vóos incertos*. No mesmo ano, a Marinha o enviou aos Estados Unidos numa viagem de instrução, a qual inspirou seu segundo romance, *No país dos ianques*, publicado oito anos mais tarde. Em 1887, foi promovido a segundo-tenente e lançou duas coletâneas de contos, reunidas num único volume, *Judite e Lágrimas de um crente*. Diagnosticado com os sintomas da tuberculose, pediu que a Marinha o transferisse para Fortaleza, onde mergulhou na vida intelectual e política do Ceará.

Enquanto servia em Fortaleza, Caminha se apaixonou por Isabel Jatá de Paula Barros, esposa de um oficial do Exército, que abandonou o marido pelo arrojado jovem escritor. As focas e as tentativas da Marinha de sufocar o escândalo fizeram com que Caminha abdicasse de seu posto e se mudasse com Isabel e suas duas filhas pequenas para o Rio de Janeiro, onde conseguiu emprego como funcionário do Departamento

do Tesouro, enquanto escrevia artigos para diferentes jornais usando um pseudônimo. Em 1893, a nova editora Livraria Moderna publicou seu primeiro romance, *A normalista*, que recebeu críticas favoráveis na imprensa.

Ambientado em Fortaleza e escrito sob influência tanto regionalista quanto naturalista, *A normalista* conta a história de Maria do Carmo, que, como Caminha, fica órfã bem pequena, e então é deixada aos cuidados de João da Mata, seu padrinho. Quando chega à idade adulta, a bela, inocente e aspirante a professora primária atrai a atenção erótica de Mata. A sedução leva à gravidez. Enviada para o sertão para ter o bebê, que morre no parto, Maria do Carmo acaba se casando com um oficial da polícia imperial e reconquista sua honra. Nesse sentido, há um final redentor, que difere muito da conclusão de *Bom Crioulo*. Ainda que publicado no Rio, Caminha se utilizou desse primeiro romance para desancar a hipocrisia e o moralismo da classe culta de Fortaleza, cujos incansáveis mexericos sobre ele e sua amante causaram seu ostracismo dos círculos elegantes da cidade.

Considerado por alguns críticos da época como sexualmente explícito e sensual demais para o gosto burguês, *A normalista* incluía linguagem regional e expressões locais, o que adicionava um tom único e autêntico ao texto. Caminha seguia o estilo do movimento francês iniciado por Émile Zola, o naturalismo. Essa corrente enfatizava a observação metódica do autor na descrição da vida cotidiana dos ambientes mais simples e humildes, combinada a um método supostamente científico de retratar ficionalmente a realidade. Zola, por sua vez, tinha emprestado elementos do naturalismo do pensador positivista francês Auguste Comte, cujas ideias sobre desenvolver uma compreensão científica da sociedade para promover a ordem e o progresso estavam ficando populares no Brasil do final do século XIX.